



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA TURMA

Processo nº : 10840.001385/96-82
Recurso nº : RP/201-0.368
Matéria : PIS/DECADÊNCIA
Recorrente : FAZENDA NACIONAL
Sujeito Passivo : SMAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrida : 1ª CÂMARA DO 2º CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Sessão de : 15 DE OUTUBRO DE 2001
Acórdão nº : CSRF/02-01.067

PIS – DECADÊNCIA – Dado a natureza tributária da qual se reveste a Contribuição ao PIS, extingue-se em cinco anos o direito de constituir créditos a ela referentes, segundo preleciona o artigo 173 do CTN. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL.

ACORDAM os Membros da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro Otacilio Dantas Cartaxo.

EDISON PEREIRA RODRIGUES
PRESIDENTE

FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA
RELATOR

FORMALIZADO EM: 11 DEZ 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, JORGE FREIRE, SÉRGIO GOMES VELLOSO, MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA e ANA PAULA TOMAZZETTI URROZ (Suplente Convocada). Ausente o Conselheiro Dalton César Cordeiro de Miranda.

Processo nº : 10840.001385/96-82
Acórdão nº : CSRF/02-01.067
Recurso nº : RP/201-0.368
Recorrente : FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

Trata o presente processo de exigência da Contribuição ao PIS Faturamento no que diz respeito ao limite decadencial, haja vista que a falta de recolhimento se deu nos meses de janeiro de 1989 a setembro de 1995, tendo sido o auto de infração lavrado em 22.03.1996.

Às fls. 90, Acórdão n. 201-71.134, da Primeira Câmara do Segundo Conselho concedendo provimento parcial ao Recurso Voluntário interposto, ao fundamento de que extingue-se em cinco anos o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário relativo ao PIS, na forma do artigo 173 do CTN, excluindo do lançamento os valores correspondentes a períodos anteriores a março de 1991 e, bem como, o agravamento do parágrafo 1º do art. 4º da Lei nº 8.218/91.

Às fls. 98/102 Recurso Especial, pela Fazenda Nacional, inicialmente argüindo com base no RE 148.754-RJ, que explicita a aplicação, quanto a prescrição e decadência, sob o manto do artigo 146-III, ex vi do disposto no art. 149, da CF/88, sujeitando-se portanto ao CTN, lei complementar de normas gerais.

Destaca que, a Contribuição ao PIS foi considerada com de natureza não tributária a partir da EC n. 8/77 e até a CF/88 segundo o E. STF no RE n. 148.754-2-RJ, muito embora, existam Ministros com entendimento contrário no Pretório Excelso.

Transcreve, às fls. 102, ementa do TRF da 4^a Região que estabelece o prazo para o exercício da restituição de cinco anos a contar do fato gerador acrescidos de mais cinco anos contados da data em que se deu a homologação tácita e requer a final, a reforma da decisão de Segunda Instância.

Processo nº : 10840.001385/96-82
Acórdão nº : CSRF/02-01.067

Às fls. 103 Despacho n. 201-009, aprovando e dando seguimento ao Recurso Especial.

Contra – Razões, às fls. 107/108, iniciando por ressaltar que o inconformismo contido no Recurso Especial cinge-se à decadência, porque não enfrentou a desoneração do agravamento da multa de ofício, aspecto esse, portanto, transitado em julgado.

Quanto ao que foi enfrentado no Recurso, alega que os magistérios de Geraldo Ataliba, Souto Maior Borges e Marco Aurélio Greco, tudo o que for cobrado, por força de lei, coercitivamente, pela prática de ato lícito e com expressão em moeda nacional, tem natureza tributária, o PIS inclusive, e requer a manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.

Processo nº : 10840.001385/96-82
Acórdão nº : CSRF/02-01.067

V O T O

Conselheiro – Relator Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva.

O meu entendimento sobre a natureza tributária da Contribuição para o PIS, estriba-se nas peculiaridades ínsitas em sua formatação, fato concreto já pacificado pelo judiciário.

Indubitavelmente, o artigo 173 do CTN determina o prazo de cinco anos para a Fazenda Pública constituir seus créditos.

Diante do exposto, nego provimento ao Recurso Especial, mantendo a Decisão farpeada.

Sala das Sessões, DF, em 15 de outubro de 2.001

FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA.